

OBEGEF

Observatório de Economia e Gestão de Fraude

Rua Roberto Frias

4200-464 Porto

RELATÓRIO E CONTAS

2017

Janeiro 2018

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO

Conteúdo

1. Mensagem do Presidente	3
2. Órgãos Sociais	4
3. Associados.....	5
4. Principais actividades desenvolvidas	5
5. Situação financeira.....	7
6. Perspectivas Futuras	7
7 Aplicação de resultados	7
8. Demonstrações Financeiras	9

1. Mensagem do Presidente

Caras/os Associadas/os,

À semelhança do ano anterior, gostaria de começar por salientar: (i) a disponibilidade dos restantes elementos da Direcção para encarar com entusiasmo os desafios que, até ao presente, foram sendo colocados; (ii) que continua a ser muito gratificante relacionar-me com tantos associados que, na sua diversidade de formações e de posturas pessoais, têm sabido contribuir à sua maneira para um maior respeito pela ética, pela confiança social, pelo combate e prevenção da fraude nas suas mais diversas manifestações.

Como é do conhecimento de todos, o OBEGEF, enquanto entidade que, desde Novembro de 2008, representa a institucionalização do empenho de todos sobre a temática da fraude, tem uma missão formativa e informadora que nunca se esgotará. Ainda que algumas esferas do poder encarem o OBEGEF como uma instituição a marginalizar, cabe a nós, todos juntos, com análises isentas, saber continuar a caminhada, realçando a referência que somos, impulsionando a visibilidade e notoriedade, com estratégias bem definidas, participadas e de antecipação.

Esse nosso grande desafio continua a requer que cada um de nós priorize o OBEGEF sobre as motivações individuais enquanto Associado, sejam elas de que tipo forem, no contexto de um comportamento ético. A Direcção mantém a preocupação unificadora da diversidade decorrente de todos nós, procurando, em cada projecto, unir a riqueza da nossa interdisciplinaridade. Num mundo incerto, gostaria de continuar a pedir a todos que, na medida do possível, reforcem o empenho, a disponibilidade e o entusiasmo, redobrando a atenção à possibilidade de realização de novos projectos (cursos diversos, seminários, estudos, trabalhos, ...), pois só assim poderemos continuar a prosseguir, com sucesso, os desafios que nos são colocados.

Um grande abraço a todos,

2. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Fernando da Costa Lima – Presidente
Alda Maria Gonçalves Correia – Secretária
Edgar Maciel Correia Pimenta – Vogal

Direcção

Óscar João Atanázio Afonso – Presidente
António João Maia – Vice-Presidente
Mariana Fontes Costa – Secretária
Maria do Céu Fernandes Ribeiro – Tesoureira
Paulo José Abreu Beleza de Vasconcelos – Vogal

Conselho Fiscal

Carlos José Gomes Pimenta – Presidente
José António Cardoso Moreira – Vogal

3. Associados

Apresenta-se, de seguida, a lista dos associados, com a indicação da data oficial de admissão e nome completo:

1	Carlos José Gomes Pimenta	2008-11-21
2	Fernando Costa Lima	2008-11-21
3	Oscar João Atanazio Afonso	2008-11-21
4	Rui Henrique Ribeiro Rodrigues Alves	2008-11-21
5	Luís Fernando Rainho Alves Torgo	2008-11-21
6	Paulo José Abreu Beleza de Vasconcelos	2008-11-21
7	Edgar Maciel Correia Pimenta	2008-11-21
8	Nuno Ricardo de Oliveira Moreira	2008-11-21
9	Pedro Miguel Santos Moura	2009-03-12
10	José António Cardoso Moreira	2009-03-08
11	Paulo Morgado	2009-03-08
12	Mariana Fontes da Costa	2009-03-08
13	Aurora Amélia Castro Teixeira	2009-09-19
14	Ricardo Manuel L. V. Costa de Passos	2009-10-19
15	Nuno Miguel Vilarinho Gonçalves	2009-11-11
16	Maria do Céu Fernandes Ribeiro	2011-02-11
17	João Luís da Costa Rito Dias Martins	2011-01-24
18	Fernando Jorge Moreira Rosas Belém	2011-01-24
19	Alexandra Sofia da Silva Cerqueira Barbosa	2011-02-11
20	Henrique Manuel Rocha Santos	2011-01-24
21	Isabel Maria Martins da Silva Mendes	2011-02-11
22	Mafalda Sofia Gonçalves Bastos	2011-01-24
23	Alda Maria Gonçalves Correia	2011-03-09
24	Maria Luisa Esteves Fontes Neves	2011-06-14
25	António João Maia	2011-06-14
26	Nuno Filipe Tavares Gomes	2011-06-14
27	António Marcos Ferreira Calado	2011-06-14
28	Jorge Paulo Gonçalves de Sousa Amaral Lopes	2011-01-24
29	José Rui Antunes Giesteira	2011-02-11
30	Manuel Emílio Mota Almeida Castelo Branco	2011-09-02
31	Maria Amélia Pinto Monteiro	2011-02-11
32	Sandra Carla Rodrigues Estrela Peneda	2011-06-14
33	Cátia Susana Figueiredo Dias Teixeira Pedro	2011-09-26

34	João Pedro da Silva Gomes Martins	2012-02-22
35	Jorge Manuel Afonso Alves	2012-06-05
36	Elisabete Maria Azevedo Amaro Maciel	2012-11-12
37	Filipe António Osório de Almeida Pontes	2013-01-07
38	Orlando Jorge Mascarenhas	2013-07-17
39	Ary Ferreira da Cunha	2013-10-19
40	Pedro João Gil Simões e Silva	2013-11-25
41	Luciano Vaz Ferreira	2014-01-10
42	José Manuel da Silva Carvalho Ferreira	2014-09-02
43	Manuel Carlos da Cunha Nogueira	2014-10-16
44	Bruno Manuel Pereira de Sousa	2014-11-11
45	José Manuel Pires Leal	2014-12-10
46	Nuno Magina	2015-04-15
47	Sofia Alexandra Lopes Félix	2015-04-15
48	Elena Sochirca	2015-04-15
49	Pedro Cunha Neves	2015-04-15
50	Raquel Margarida T. R. de Brito	2015-04-15
51	Rute Alexandra de Carvalho Frazão Serra	2016-01-5
52	Nuno Miguel da Piedade Guita	2016-01-7
53	Ricardo Alexandre Cardoso Rodrigues	2016-02-24
54	Tiago Miguel Marcos	2016-05-25
55	António Carlos Gomes Dias	2016-06-30
56	Ana Clara Borrego	2016-09-20
57	Tiago Miguel Guterres Neves Sequeira	2017-03-20
58	Rosinda Manuela Ferreira Magalhães	2017-03-20
59	Gabriel Bruno Afonso Rijo Vieira de Magalhães	2017-03-20
60	Mário Rui Ferreira Tavares da Silva	2017-07-06
61	Fernando de Almeida - São Paulo	2017-10-06

4. Principais actividades desenvolvidas

Na listagem dos eventos, há que separar os que aconteceram periodicamente no período que medeia entre a última reunião de sócios e esta e os que se realizaram numa determinada data.

Entre as iniciativas periódicas, são de salientar:

- Manutenção quotidiana do site oficial do OBEGEF e da correspondente página no Facebook.
- Crónicas na Visão online, no jornal “i” online, no Público e no JN.

- Publicação das Newsletter, essencialmente com a referência de algumas atividades semanais (teve início experimental em 19/09/2013)

Além destas iniciativas e das especificadas com detalhe no site do OBEGEF há que salientar ainda:

- O contributo do OBEGEF ou de alguns dos sócios para o aparecimento de teses de mestrado e doutoramento sobre problemáticas relacionadas com a fraude em diversas óticas disciplinares e interdisciplinares.
- A existência de diversas linhas de investigação no âmbito dos interesses e preocupações do OBEGEF, e a criação de novas.
- A divulgação do índice de fraude.
- A publicação do manual “Fraude em Portugal: causas e contextos.”

5. Situação financeira

Os rendimentos do período referem-se essencialmente a prestação de serviços de formação no curso de Gestão de fraude (856,50 euros), assim como aos patrocínios recebidos para a conferência I2FC2017 (7.100 euros), inscrições na conferência (2.840 euros) e donativos de alguns associados (861,87 euros).

Os gastos do período referem-se essencialmente a despesas administrativas e gastos relacionados com a conferência I2FC2017.

6. Perspectivas Futuras

Consideramos relevante que:

- a) Se realize a conferência I2FC:2018 e/ou a conferência com a OCC.
- b) Se encontrem mais órgãos de informação de impacto nacional onde possamos colaborar regularmente, não descurando o estreitamento de relações com as televisões.
- c) O OBEGEF se torne uma instituição com formações em múltiplas áreas do saber sobre a ética e a fraude com o envolvimento de todos os associados interessados nessa atividade.
- d) Se divulgue o índice sobre a Fraude em Portugal.
- e) Se envolvam os associados em projetos.

- f) Se desenvolvam e dinamizem projetos associados à promoção da reflexão sobre as temáticas de fraude.
- g) Se realize um ciclo de seminários junto de Universidades e Politécnicos (seminários de Mestrados e de doutoramentos) sobre fraude, no sentido de "angariar" nova investigação para esta área e novos protocolos com instituições de ensino superior.
- h) Se aposte numa parceria com outras instituições (com a PEA, por exemplo), nomeadamente de ensino superior, que permitam tentar trazer para Portugal um curso da International Academy for Tax Crime Investigation (da OCDE).

7 Aplicação de resultados

Nos termos legais e estatutários, a Direção propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido negativo do período no valor de 279,03 euros seja transferido para Resultados Transitados.

Porto, 15 de janeiro de 2018

A Direcção

8. Demonstrações Financeiras

- I. Balanço
- II. Demonstração dos Resultados por naturezas
- III. Mapa de Fluxos de Caixa
- IV. Notas Anexas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Naturezas

II. Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Exercícios	
		2017	2016
Vendas e Serviços Prestados	4	856,50	1.659,36
Subsídios, doações e legados à exploração	5	10.801,87	520,00
Fornecimentos e serviços externos	6	-11.304,38	-3.278,20
Outros rendimentos		14,42	32,63
Outros gastos	7	-500,00	-362,50
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-131,59	-1.428,71
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-131,59	-1.428,71
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	40,50
Resultado antes de impostos		-131,59	-1.388,21
Imposto sobre o rendimento do período	8	-147,44	-14,42
Resultado líquido do período		-279,03	-1.402,63

III. Mapa de Fluxos de Caixa

PERIODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

U.M. Euro

RUBRICAS	Notas	PERIODOS	
		2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes e utentes		8.236,50	2.991,02
Pagamentos a Fornecedores		-10.390,88	-3.278,20
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		-2.154,38	-287,18
Pagamentos/Recebimentos Imp. s/ Rendimento		0,00	-298,40
Outros recebimentos e pagamentos		0,00	-362,50
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</i>		-2.154,38	-948,08
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Juros e Rendimentos Similares		0,00	40,50
<i>Fluxos de caixa de atividades de investimento (2)</i>		0,00	40,50
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Doações dos associados		861,87	580,00
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</i>		861,87	580,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-1.292,51	-327,58
Caixa e seus equivalentes no início do periodo		18.843,68	19.171,26
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	3 e 9	17.551,17	18.843,68

IV. Notas Anexas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Naturezas

1. Identificação da entidade:

- 1.1** Designação da entidade: Observatório de Economia e Gestão da Fraude (OBEGEF).
- 1.2** Sede: Faculdade de Economia da Universidade do Porto, na Rua Roberto Frias, no Porto.
- 1.3** Natureza da atividade: “promover a investigação interdisciplinar sobre a economia não registada e a fraude em Portugal, nos contextos europeu e mundial, promover o ensino sobre estas temáticas, criar redes e estabelecer outras relações com instituições congéneres e prestar serviços que se harmonizem com a investigação”.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

- 2.1** As demonstrações financeiras, foram preparadas com base no Sistema de Normalização Contabilística – SNC. Neste, foi seguido o Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março, que consagra o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), alterado por vários diplomas, sendo o último dos quais o Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho, conjugado com a Portaria nº 105/2011 de 14 de Março e do Aviso nº 6726-B/2011 também de 14 de Março de 2011.
- 2.2** As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases para a apresentação de demonstrações financeiras de finalidades gerais que, estabelecem os requisitos

globais que permitem assegurar a comparabilidade quer com as demonstrações financeiras de períodos anteriores da entidade quer com as demonstrações financeiras de outras entidades.

Subsídios

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, apenas são reconhecidos quando exista uma certeza razoável de que a Associação irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios destinados a assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* da atividade são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Ativos e Passivos Financeiros

a) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem apenas aos valores de depósitos bancários.

b) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade. O custo destes ativos financeiros corresponde ao seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo. O custo destes passivos financeiros corresponde ao seu valor nominal.

No ano 2017 o OBEGEF não tem nenhum ativo nem passivo financeiro registado ao justo valor, e portanto, não existem alterações ao justo valor com impacto na demonstração de resultados.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços, tendo o rendimento aquela proveniência, o seu reconhecimento é efetivado pela respetiva fase de acabamento.

Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Associação. O lucro tributável poderá diferir do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Especialização de Exercícios

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto subjacente do acréscimo (periodização económica), pelo qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos (os elementos das demonstrações financeiras) quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos.

3. Meios Líquidos Financeiros

No final do período, os meios financeiros líquidos eram compostos por Depósitos à Ordem e a prazo. O saldo da conta de Depósitos à Ordem devidamente conciliado era de 4.551,17 euros e Depósitos a prazo de 13.000,00, não havendo itens pendentes de conciliação.

4. Prestação de Serviços

O valor da rubrica de Prestação de Serviços refere-se essencialmente a serviço de docência no módulo: “Fraude na banca e nos seguros” (856,50 euros) para o Porto Business School.

5. Subsídios, Doações e Legados à exploração

O valor da rubrica “Subsídios à exploração” constantes da Demonstração dos resultados no montante de 10.801,87 euros refere-se a donativos dos associados (861,87 euros), patrocínios à conferência (7.100 euros) e inscrições na mesma (2.840 euros). O valor final do patrocínio da Reitoria da Universidade do Porto registado por 500 euros será apenas aprovado em março de 2018, tendo sido apenas reconhecido o valor mínimo garantido. Em 2016, aquela rubrica registava apenas o valor de 520,00 euros relativos a donativos dos associados.

6. Fornecimentos e Serviços Externos

Quadro demonstrativo dos principais gastos inseridos na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, principal rubrica de gastos:

Descrição	2017	2016
Trabalhos especializados	4.524,66	1.531,72
Materiais diversos	1.329,44	0,00
Deslocações e estadas	4.920,71	1.209,03
Outros serviços	529,57	537,45
	11.304,38	3.278,20

A rubrica de Trabalhos Especializados inclui os gastos com serviços de contabilidade no valor de 1.476 euros, estando essencialmente refletido nas restantes rubricas os gastos com a reunião anual de 2017 no valor de 672,0 euros (deslocações e estadas: encontro anual - catering no valor de 426,00 euros e Outros Serviços: aluguer de sala no valor de 246,00 euros).

Em 2017, as principais rubricas decompunham-se como segue:

Trabalhos Especializados

I2FC2017 - Publicidade	1,168.50
I2FC2017 - Fotografia	250.00
I2FC2017 - Speakers	1,500.00
Contabilidade	1,476.00
Serviços bancários	130.16
	4,524.66

Deslocações e estadas

I2FC2017 - Catering	2,482.29
I2FC2017 - Hotel	225.00
I2FC2017 - Deslocações Speakers	1,299.46
Encontro anual - Catering	426.00
Outras deslocações	487.96
	4,920.71

Materiais Diversos

I2FC2017 - Flores	100.00
Material informático	67.09
I2FC2017 - Blocos e fitas	1,162.35
	1,329.44

Outros Serviços

Encontro anual - aluguer de sala	246.00
Domínio PT e desenv. de site I2FC2017	174.38
Outros	109.19
	529.57

Os gastos com serviços bancários referem-se essencialmente aos pagamentos efetuados ao keynote speaker da conferência I2FC2017.

A rubrica de Outras deslocações inclui gastos com deslocação para apresentação do Livro da Fraude em Portugal (74,80 euros), participações nas despesas de deslocação dos associados de Lisboa

na reunião anual de associados (237,30 euros) e cerca de 106,50 euros de despesas associadas ao serviço de docência prestado no módulo: “Fraude na banca e nos seguros” refaturado à Porto Business School (nota 4).

7. Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica diz respeito a pagamentos de prémios no âmbito da conferência, nomeadamente:

- Prémio Best paper award – 350 euros;
- Prémio Best student paper – 150 euros.

8. Impostos sobre o Rendimento

O OBEGEF é um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), beneficiando da isenção dados os fins estatutários a que se propôs.

Relativamente às atividades fora do âmbito estatutário, iguala as entidades com fins lucrativos, estando sujeita às regras gerais daquele imposto.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

No período em análise, o imposto estimado em sede de IRC no montante de 147,44 euros, refere-se à subcomponente do IRC (135,57 euros) e tributações autónomas (11,87 euros).

9. Fluxos de Caixa

O saldo final de Caixa e seus equivalentes, estão disponíveis para uso pelo pela Associação.

Porto, 15 de Janeiro de 2018

O Contabilista Certificado

A Direção

Parecer do Conselho Fiscal

Exercício contabilístico-fiscal de 2017

Aos dezasseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se o Conselho Fiscal do OBEGEF, nas instalações sitas na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, com o objetivo de apreciar e emitir parecer sobre o Relatório e Contas relativos ao ano contabilístico-fiscal de dois mil e dezassete.

O Conselho Fiscal, após cuidada apreciação dos documentos que lhe foram presentes, que incluiu a comparação dos valores com os do ano precedente e teve presente as notas constantes do Anexo, decidiu por unanimidade propor à Assembleia-Geral anual que aprove:

- a. o Relatório e Contas relativos ao ano contabilístico-fiscal de dois mil e dezassete, considerando que ele traduz de forma apropriada as atividades desenvolvidas pelo OBEGEF ao longo do período;
- b. a proposta da Direção de aplicação do resultado líquido negativo do período, no montante de -279,03 euros;
- c. um voto de louvor à Direção.

O Conselho felicita a Direção de um modo geral, cada um dos seus membros em particular, pela atividade desenvolvida em prol da instituição, no respeito pelos seus estatutos e com toda a transparência.

Na oportunidade, a exemplo do que já fizera no ano precedente, este Conselho sugere que haja para futuro, da parte de todos os associados, um acrescido empenho na venda de serviços e na obtenção de subsídios, na medida em que só eles permitem investigações e iniciativas importantes para a prossecução dos objetivos do OBEGEF.

Pelo Conselho Fiscal do OBEGEF,

O Presidente


Carlos José G. Pimenta

O vogal


José António C. Moreira